

ARQUITETURA ENQUANTO PRODUTO SOCIAL

ermínia maricato

Na história da arquitetura brasileira, identificamos uma corrente predominante de arquitetos cujos escritos e projetos compõem um ideário bastante uniforme, embora abrigue no seu interior certas diferenças que em alguns momentos foram artificialmente bastante valorizadas no pequeno mundo composto pelos profissionais no Brasil. A luta entre os arquitetos organicistas e os racionalistas, a luta velada entre os arquitetos cariocas e paulistas que marcaram não tanto os projetos mas muito mais as relações entre grupos, são exemplos dessas diferenças. Além de bibliografia recente editada pelo IAB do Rio de Janeiro, isso pode ser constatado principalmente nas revistas de arquitetura da época.

Mais do que essas diferenças mencionadas, posturas políticas e posturas ao nível do projeto arquitetônico e seu papel ideológico dão unidade a essa corrente de profissionais que se alimentou em suas origens, principalmente nas fontes do racionalismo europeu, mas que com o tempo ganhou personalidade própria a ponto de se fazer respeitar internacionalmente. Basta dar uma olhada na imensa bibliografia que acompanha o surgimento de Brasília, plena de elogios onde se destacavam quase que apenas alguns críticos italianos. Bruno Zevi é o que mais se destaca no ataque ao que ele chama de vocação faraônica da arquitetura brasileira.¹

A década de 50, principalmente, marca um profundo compromisso dos arquitetos com o populismo e com o desenvolvimentismo juscelinista. É realmente surpreendente a leitura dos memoriais que acompanham os importantes projetos no período, plenos de confiança no futuro próximo da sociedade que seria sem dúvida igualitária e que tinha naquelas obras de arquitetura os símbolos da afirmação nacional. Nos monumentos, se acreditava, estava a projeção de uma nova era.

Análises recentes acerca da atuação do ISEE na época mostram que a busca das raízes ou da "cultura popular" partia de uma vanguarda pequeno-burguesa formada por intelectuais. Os arquitetos não destoavam nesse coro. Ao contrário, se julgavam portadores de uma simbologia extensiva ao tão falado na ocasião, povo brasileiro, ou trabalhadores do Brasil.²

Para detalhar a contradição que havia entre o discurso, a ideologia manifesta, e os projetos, as obras construídas, bem como seu modo de produção e fruição, para situá-los no contexto geral econômico e político da época, seria necessário nos aprofundarmos na leitura dos projetos e dos memoriais, respaldados pelo contexto histórico em que eles se inserem. Deixaremos essa tarefa para mãos

mais preparadas mesmo porque, ela está em pleno desenvolvimento sob os cuidados de alguns colegas de profissão.

Existiram alternativas para pensar a arquitetura no Brasil. Vou citar apenas duas mais recentes. Elas se manifestam um pouco mais claramente nos anos próximos que antecederam 64 e 68. Basta um pequeno levantamento nas revistas de arquitetura existentes na época, particularmente a revista *Arquitetura do IAB-GB* que deixou de ser publicada em 65, para ver que a preocupação com a democratização do trabalho do arquiteto era extensiva a muitos profissionais.

DE QUALQUER FORMA, ALÉM DO IDEÁRIO, QUE ACOMPANHOU A ARQUITETURA BRASILEIRA EM SUA PROJEÇÃO INTERNACIONAL, NENHUMA OUTRA ALTERNATIVA SE DESENVOLVE DE FORMA SIGNIFICATIVA OU PELO MENOS CHEGA A AMADURECER.

A segunda tentativa que mencionei, de discussão acerca das alternativas de rumo para a arquitetura no Brasil foi bastante centrada na universidade. O ensino e a produção da arquitetura brasileira era apenas um dos assuntos que ocupavam a universidade naquele instante de febre em que "ser realista era querer o impossível", como dizia o slogan francês.

Essa segunda tentativa realmente não passou de um momento. Quem o viveu, acabou ficando com amargo sabor da frustração e da coisa inacabada. A uma abertura estonteante de perspectivas seguiu-se o silêncio da morte, em alguns casos, entenda-se isso literalmente.

De qualquer forma, além do ideário, que acompanhou a arquitetura brasileira em sua projeção internacional, nenhuma outra alternativa se desenvolve de forma significativa ou pelo menos chega a amadurecer. Nem mesmo essa corrente mais organizada de arquitetos da chamada "escola brasileira de arquitetura" resistiu de forma clara à fragmentação que se seguiu, na Universidade e nos setores profissionais, em consequência do fechamento político, quando muitos arquitetos foram presos, cassados, aposentados ou simplesmente marginaliza-

dos. Isso não foi condição particular à nossa categoria como todos sabem.

Perdoem-me os que estão há mais tempo nessa luta, (que aliás não é uma luta profissional mas o reflexo de outra) pelo excessivo esquematismo, pela excessiva parcialidade. Certamente há colegas que desenvolverão plenamente e com mais condições a história do período, com todas as vírgulas quando for possível. Pretendemos apenas iniciar o processo de retomar o fio da história, retomar a memória que deve embasar criticamente o salto para o futuro.

O desenvolvimento que se seguiu, após meados da década de 60 em relação à produção de arquitetura, em relação ao desenho das nossas cidades, em relação ao ensino de arquitetura não foi resultado de conjunto de idéias ou de divergências no modo de ver o mundo ou a arquitetura, mas a história que se segue foi escrita principalmente pelas condições concretas econômico-políticas que caracterizaram o desenvolvimento do capitalismo no País nos últimos 15 anos.

A ambigüidade do populismo desapareceu, e com isso a arquitetura "oficial" assume claramente seu papel ideológico: reafirmar sem máscaras o poder, agora autoritário.

As monumentais obras estatais (Ed. Sede do BNH, Ed. Sede da Petrobrás, Ed. Sede da Sudene, Ponte Rio-Niterói, Rodovia dos Imigrantes, etc.), as torres de vidro do capital financeiro, americanizadas como também o são os modernos centros comerciais, (desculpem os shopping-centers), o kitch representado pelos apartamentos de luxo, (neo-mediterrâneos, neo-coloniais, neo-clássicos, colonial americano, típicos dos novos ricos, em perseguição a uma entidade cultural tradicional), constituem parte da parafernália arquitetônica que assolou nossas cidades impulsionadas pelo mercado de alto poder aquisitivo formado pela concentração da renda impulsionada pela necessidade de circulação de um número crescente de automóveis, cujas indústrias foi (e continua sendo em certa medida) o carro-chefe da acumulação industrial no País, impulsionadas ainda pela crescente oligopolização de setores financeiros etc., etc.

Não é simples coincidência que essas formas, geométricas, rígidas, ostensivas e ostentatórias, inatingíveis, distantes e acima de tudo poderosas, que devem fazer Speer corar de inveja, se associam a uma fase de recorde em acidentes de trabalho na construção civil. O cálculo de perdas na mão-de-obra é computado tranqüilamente nos custos da construção. Os canteiros de obras das grandes construtoras como todos sabem e os jornais noticiaram plenamente, se transformaram em campos de concentração, com milícia própria para punir desobedientes ou queixosos ou mesmo para punir greves de fome em protesto pela qualidade da alimentação, como aconteceu em 1975 em obra da construtora Alfredo Matias.³ Num certo momento da construção da Ponte Rio-Niterói proibiu-se a divulgação de dados acerca de acidentes no local, im-

pediu-se o acesso à imprensa. Segundo a empresa encarregada da construção e manutenção da ponte, a Ecex, 33 operários morreram em sua construção; segundo os operários, esse número foi maior que 200! Negócios escusos no interior do consórcio empreiteiro anterior à criação da Ecex, envolvimento de ministros, proprietários de terras em Niterói, são elementos e personagens de uma história ainda confusa, escrita com sangue e com 1,5 bilhão de cruzeiros (a preço de 71) dos cofres públicos, recursos que tomaram outros destinos depois de engordados com a imensa massa de mais-valia proveniente do trabalho de 11.500 operários. Só para finalizar o episódio, é preciso dizer que o transporte das tradicionais balsas continua sendo, depois de terminada a monumental ponte, a forma preferida pelos trabalhadores para fazer a travessia Rio-Niterói.⁴

Poderíamos lançar mão de obras mais importantes do ponto de vista arquitetônico e não teríamos mudança nesse quadro em que instrumentos como Pert, cronogramas, e outros bem mais sofisticados prendiam a atenção dos projetistas e controladores de produção, ou seja, viraram moda no período, na mesma medida em que as condições de trabalho dos trabalhadores na C.V. se tornaram crescentemente mais desumanas e arrochadas. Ao nível do projeto a tecnologia se sofisticou, ao nível do trabalhador as condições se embruteceram marcando mais do que nunca a divisão de trabalho entre quem pensa e controla e quem executa e é sacrificado às vezes até com perda de vida.

Vamos saltar agora da reprodução do capital e da estética que o acompanha, para a reprodução da força de trabalho e porque não dizer da estética que a acompanha, a nível do espaço urbano.

Se nas áreas de residência, circulação, e trabalho das classes médias, se nos edifícios das grandes corporações empresariais e financeiras, se nas obras estatais, e outras mais, o simbolismo, tem papel garantido em cena, a ideologia é exacerbada nas áreas de habitação da classe trabalhadora, a arquitetura surge nua e crua como espelho dos agentes que interferem em sua produção. Sem máscaras, ela espelha as condições de produção.

Freqüentemente, em declarações de profissionais arquitetos, particularmente os que discutem o mercado de trabalho, é lembrado que o trabalho do arquiteto se destina a uma elite social. Não sabemos com quais critérios vários textos e declarações fixam em 5% a relação da população estendida pelo trabalho profissional do arquiteto.

Gostaríamos de abordar novas formas da relação que há ou que não há entre o arquiteto e as camadas populares urbanas. Gostaríamos de levantar aspectos diferentes desse, pois esse raciocínio nos levaria à conclusão que estender o mercado de trabalho dos arquitetos às camadas populares resolveria os problemas ligados às necessidades de habitação, equipamentos, infra-estrutura, etc., que tem a maioria da população.

Estender o mercado de trabalho dos arquitetos à periferia urbana poderia quando muito resolver o problema de emprego dos jovens recém-formados mas certamente não resolveria os problemas ambientais que ela apresenta, pois eles não decorrem da ausência de racionalidade na aplicação dos recursos, nem ausência de bons partidos arquitetônicos, nem da ausência do conhecimento técnico relativo ao espaço da habitação ou ao espaço urbano.

A racionalidade do planejamento não tem lugar para aplicar-se aí pois outra racionalidade rege a produção desse espaço. As noções de espontâneo e desorganizado a ele atribuídas não se sustentam mais diante de análises científicas que procuraram mostrar a lógica implícita nessa anarquia, análises que destruíram a visão dual da independência entre setores modernos e os setores atrasados, análises que mostraram que formas não capitalistas de produção contribuem de modo pleno para o processo de acumulação de capital.⁵

O assentamento residencial da população que migra do campo para as cidades não é precedido de planejamento ou projeto arquitetônico, porém o espaço resultante dessa ocupação nada tem de espontâneo embora não tenha sido pensado no seu conjunto. Ele é rigidamente determinado, sem folgas para escolhas. A busca de seus arquitetos exige

NÃO INTERESSA ISENTAR OS ARQUITETOS DE SEU PAPEL NA PRODUÇÃO DESSA ARQUITETURA, SEJA ENQUANTO IDEÓLOGO, SEJA ENQUANTO AGENTE TÉCNICO NECESSÁRIO E INDISPENSÁVEL NA DIVISÃO DE TRABALHO QUE CARACTERIZA O PROCESSO PRODUTIVO.

que penetremos analiticamente no modo pelo qual esse espaço é produzido. É o que tentaremos fazer, de forma bastante superficial aqui.

Para viver e reproduzir-se em meio urbano, a população trabalhadora tem exigências que vão dos produtos de consumo individual como a alimentação, a habitação, a vestimenta, etc. aos produtos de consumo coletivo como transporte de massa, educação, saneamento, energia elétrica, etc. Considerando ainda o estágio de desenvolvimento industrial de uma dada sociedade, produtos mais "modernos" tornam-se indispensáveis no elenco dos equipamentos da habitação, dependendo do grau de difusão de certos valores e costumes e das facilidades de aquisição.

Quando o salário não é suficiente para pagar os produtos e serviços de que necessita a classe trabalhadora, quando a iniciativa privada não se interessa ou não pode oferecê-los, o Estado arca com determinados custos, seja em relação ao consumo

individual, seja em relação ao consumo coletivo. Alguns serviços e equipamentos destinados ao consumo coletivo, pela sua natureza, não dispensam a participação do Estado como normalizador, como fiscalizador, como administrador ou mesmo como produtor através de suas empresas. Dessa forma o Estado não só viabiliza a reprodução ampliada da força de trabalho mas também a reprodução ampliada do capital.⁶

Mas estamos falando aqui de uma realidade que não é bem a nossa, mas dos países capitalistas desenvolvidos, pois o salário não cobre entre nós, ou entre os países dependentes, satisfatoriamente as necessidades dos trabalhadores em meio urbano e ao mesmo tempo o chamado poder "público" tem se mostrado bastante parcial na aplicação de seus recursos.

É freqüente as autoridades queixarem-se de que os recursos são poucos para a dimensão das necessidades populares, mas a finalidade que tem sido dada aos recursos existentes nos fazem duvidar da afirmação. Edifícios faraônicos, obras monumentais, arcabouço administrativo superdesenvolvido, altos salários, planos, e projetos custosos e inúteis, etc., etc. O item transporte absorve parcelas consideráveis dos orçamentos públicos, sendo que elas não se destinam a resolver as necessidades do transporte de massa como todos sabem, mas principalmente para abrir espaço à circulação do automóvel.

Não se trata apenas de "parcialidade" na aplicação dos recursos, mas trata-se de ver que o Estado aplica obedecendo à lógica de favorecer os setores privados em seu processo de acumulação (ou apropriação do excedente) ou de atuar ele mesmo como agente capitalista quando produz e vende através de suas empresas equipamentos ou infraestrutura urbanos: asfalto, água, esgoto, guias, iluminação pública, etc.

Na medida em que o Estado investe em produtos e serviços como água, esgoto, pavimentação e drenagem, limpeza pública, habitação, etc., com a intenção de retorno de capital investido ou com a intenção de obter excedente, exclui do consumo desses serviços e equipamentos a população trabalhadora cujos salários, controlados pelo Estado, não permitem o pagamento das prestações a eles relativas.

Na periferia, área de residência da classe trabalhadora, a população soluciona alguns de seus problemas mais imediatos ligados à habitação urbana, captação de água e esgotamento, com poucos recursos que as famílias parceladamente ou agrupadas dispõem. Os recursos financeiros, recursos em máquinas, recursos em conhecimento, em mão-de-obra, etc., investidos pelo Estado em outras áreas da cidade só fazem aumentar o diferencial do valor da terra na cidade, aumentando a segregação espacial e incentivando a especulação imobiliária.

Aumentar a jornada de trabalho, aumentar o número de pessoas economicamente ativas na família, diminuir os custos com a alimentação, trabalhar nos fins de semana, tem sido alguns dos expedien-

tes de que a classe trabalhadora urbana tem lançado mão para construir suas casas, abastecer-se de água, eliminar os esgotos, manter as ruas e até construir equipamentos de consumo coletivo como creches, escolas, etc., como nossas pesquisas já mostraram.⁷

Os serviços particulares, o comércio inexistem nessas áreas ou constituem poucos e pequenos estabelecimentos devido ao baixo poder aquisitivo dos moradores.

É devido a tais condições que se dá a formação de um espaço urbano "desurbanizado", vastas áreas homogêneas ocupadas por casas pequenas, precárias, inacabadas, superpovoadas, implantadas em terrenos diminutos e irregulares (do ponto de vista da burocracia de uso do solo), áreas desprovidas de outros usos, equipamentos e serviços que caracterizam o "modo de vida urbano".

A proletarização de espaço, a reprodução desse modo de ocupar o solo se acentua após a segunda guerra mundial, a partir da década de 50, quando o processo de industrialização no país ganha novas características com o ingresso da grande indústria de bens duráveis, bens de produção e intermediários auxiliada pelo capital e tecnologia estrangeiros.

Podemos fixar a grosso modo a origem da periferia da metrópole tal como a conhecemos hoje no Brasil na década de 40, mas foi com a intensificação do processo migratório e com o ingresso da grande indústria do país que o crescimento da periferia se faz em velocidade e escala antes inexistentes, inicialmente na região de São Paulo e Rio.

Com a crescente oligopolização de certos setores da economia, com a crescente importância do capital financeiro, com o fechamento do fogo político clientelista em 1964 e com a descentralização mais recente da indústria "moderna", a proletarização acelerada da periferia metropolitana se estende mais pronunciadamente e com mais clareza a outras capitais como Salvador e Belo Horizonte, ou para um raio de mais de 100 km em torno da Grande São Paulo.

Essa dinâmica nos ajuda a identificar os verdadeiros arquitetos do nosso espaço urbano cujo desenho não se restringe à periferia como vimos.

Se o espaço da periferia se produz a partir de poucos recursos, isso está perfeitamente coerente

com os objetivos de diminuição do custo de reprodução da F.T. e é perfeitamente coerente com a orientação do Estado aplicar em setores que favoreçam e propiciem a acumulação de capital.

Procuramos mostrar através desse resumo precário e superficial, que o processo que caracteriza o desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil, denominado selvagem por alguns, foi o grande arquiteto do conjunto da nossa arquitetura e das nossas cidades, fazendo com que cada tentativa isolada em edifícios da chamada boa arquitetura destaque ainda mais a irracionalidade do conjunto.

Não interessa isentar os arquitetos de seu papel na produção dessa arquitetura, seja enquanto ideólogo, seja enquanto agente técnico necessário e indispensável na divisão de trabalho que caracteriza o processo produtivo.

Propomos que se retome o debate acerca dos rumos da arquitetura no Brasil, no mesmo instante em que se abrem perspectivas políticas novas no país. Vamos retomar o fio, resgatar o que foi destruído para que possamos preencher o vazio ainda existente entre os que reafirmam a mágica simbólica do projeto, os que supervalorizam o instrumental burocrático e tecnocrático, e os que não enxergam o objeto arquitetônico no universo de uma economia política lida às pressas.

Desviamos a ênfase do enfoque para a **arquitetura enquanto produto social**, tentando contribuir para maior dose de realismo na abordagem da arquitetura dos arquitetos.

1. Ver principalmente: ALBERTO FERNANDO XAVIER — Brasília e Arquitetura brasileira: bibliografia, IAA, 1973.

2. Entre os autores que se aprofundaram nessas questões, consultar principalmente; MARIA SILVIA C. FRANCO, MIRIAM LIMOIRO CARDOSO e CAIO N. TOLEDO. Especificamente sobre o ISEB, ver o livro de CAIO NAVARRO DE TOLEDO — ISLB: Fábrica de Ideologias, Ed. Atica, 1977.

3. Como noticiou a imprensa da primeira semana de março de 1975.

4. Conforme dados da revista VEJA — n.º 339, de 5 de março de 1975.

5. Entre os autores que trataram desse tema, ver principalmente: FRANCISCO DE OLIVEIRA, FRANCISCO SA JR., JOSÉ DE SOUZA MARTINS, LÚCIO KOWARICH, MARIA CONCEIÇÃO D. INCAO. Tendo como base a obra clássica de ROSA DE LUXEMBURGO, A acumulação de capital.

6. Ver: LOJKINE, F. "Contribuição para uma teoria da urbanização capitalista", publicado em Cahiers Internationaux de Sociologie, VI, LII, 1972.

7. Ver dados do Dieese, ou o livro "São Paulo, crescimento e pobreza o texto "Auto-construção, a arquitetura possível", ou ainda o filme "Fim de Semana": de ERMÍNIA MARICATO e RENATO TAPAJÓS.



M. CESARI e Rangel